

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 26.04.2018

Em cumprimento aos dispositivos estatutários e legais que regem a matéria, a Administração da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") submete à apreciação de seus Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de abril de 2018, às 10:00 horas, as seguintes propostas:

Destinação do resultado:

A administração propõe a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, contemplando a absorção de parte dos prejuízos acumulados, utilizando para isso a totalidade do montante que seria destinado à Reserva de Lucro – Incentivo Fiscal no valor de R\$ 17.783.879,21, em conformidade com o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente da conta de Prejuízos Acumulados em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 462.443.846,80.

As informações relativas ao Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481 estão disponíveis no Anexo I desta Proposta.

Remuneração da Administração:

A administração propõe a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, para o exercício de 2018, no montante global de até R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais), a ser distribuído entre Conselho de Administração e Diretoria conforme vier a ser decidido pelo Conselho de Administração.

As informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, nos termos do art. 12, II, da Instrução CVM nº 481 estão disponíveis no Anexo II da presente Proposta.

Eleição de um Membro Suplente do Conselho de Administração

Conforme previsto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481, constam do Anexo III desta Proposta a indicação de um Membro Suplente do Conselho de Administração.

Reinstalação do Conselho Fiscal:

Conforme previsto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481, constam no Anexo III desta Proposta as indicações dos membros do Conselho Fiscal.

Remuneração do Conselho Fiscal:

A Administração propõe a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2018 no valor de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

As informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, nos termos do art. 12, II, da Instrução CVM nº 481 estão disponíveis no Anexo II da presente Proposta.

Junto a presente proposta, segue o anexo IV conforme o item 10 do Formulário de Referência que trata do comentário dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Viana-ES, 26 de março de 2018

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
RODRIGO BORTOLINI REZENDE
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ANEXO I

Proposta de destinação do lucro líquido (Instrução CVM 481 – Anexo 9-1-II)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O exercício de 2017 apresentou um prejuízo líquido de R\$ 125.603.427,08 (cento e vinte e cinco milhões, seiscentos e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e oito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Em 2017, não houve qualquer tipo de distribuição.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarado:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarado

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores

Ano	R\$ mil	Qtidade Ações	R\$ por Ação
2014	7.963	48.471	0,1643
2015	(335.967)	53.857	(6,2381)
2016	43.190	53.857	0,8019
2017	(125.604)	53.857	(2,3322)

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 03 (três) exercícios anteriores

Nos 3 últimos exercícios, não houve distribuição de dividendo e de juros sobre capital próprio em virtude da utilização do resultado do exercício e/ou Reservas de Lucro para absorção de prejuízos acumulados, conforme preconiza o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/7.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

Não destinado.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Quando aplicável, sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado a reserva**
Não aplicável.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
Não aplicável.
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável**
Não aplicável.
- d. Justificar a constituição da reserva**
Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar**
Não aplicável.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**
Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Artigo 33º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo 1º - Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros correspondente a até um décimo dos lucros do exercício. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 3º deste artigo.

Parágrafo 2º - Sempre que for levantado balanço intermediário e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do parágrafo 3º deste artigo, o Conselho de Administração poderá deliberar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de uma participação intermediária nos lucros aos Administradores.

Parágrafo 3º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 4º deste artigo;

- d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 4º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- f) a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, reserva esta que não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do capital subscrito da Companhia e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% (cinco por cento) e não superiores a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias; e”
- g) o saldo do lucro não destinado conforme disposições acima será distribuído como dividendo, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei 6.404/1976.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

Em 31 de dezembro de 2017, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 17.783.879,21, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados, em conformidade com o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

b. Explicar a natureza da destinação

Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS apurado na unidade fabril de Rosário do Catete-SE. O programa, originalmente, tinha a duração de dez anos, sendo que em 2013 foi prorrogado por mais 5 anos, e em 2014 foi renovado de forma a durar mais 10 anos, totalizando, assim 25 anos, com vencimento em 26 de setembro de 2028.

Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta “Lucros acumulados” para “Reserva de lucros de incentivos fiscais”. Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na

medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos benefícios.

ANEXO II

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07/12/2009

13. Remuneração dos Administradores

13.1 Política de remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia para a Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal segue padrão de mercado, com objetivo de atrair e reter profissionais adequados ao cargo.

b. Composição da remuneração

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais seguindo a prática de mercado e bônus que corresponde a 50% da remuneração média (número médio de salários) que for atribuída aos empregados no âmbito do programa de participação nos lucros ou resultados do exercício, visando melhor integração com os objetivos da Companhia. O Vice-Presidente do Conselho de Administração, que também exerce a função de diretor estatutário, não é remunerado como conselheiro de administração.

Não houve pagamento de bônus em 2017, pois, conforme contrato firmado entre a Companhia, os Conselheiros da Administração e o Diretor não empregado, o bônus corresponderá a 50% do número médio de salários atribuídos aos empregados no âmbito do programa de participação nos lucros ou resultados (PLR).

Diretoria Estatutária:

Os diretores estatutários não-empregados recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado e a partir de 2012, bônus que corresponde a 50% da remuneração média (número médio de salários) que for atribuída aos empregados no âmbito do programa de participação nos lucros ou resultados do exercício. Os membros da Diretoria Estatutária empregados recebem salários fixos seguindo a prática de mercado e participação nos lucros ou resultados, conforme acordo firmado entre empresa e comissão de empregados, com a participação do sindicato profissional. O programa estabelece que 10% do lucro líquido da Companhia, após as deduções legais, inclusive prejuízos acumulados de exercícios anteriores, é distribuído aos empregados na proporção do salário de cada um e do número de meses trabalhados no ano. É realizado, antes do término do exercício, adiantamento relativo a um salário nominal na proporção do número de meses trabalhados no ano, até a data do efetivo pagamento. Sendo os 10% do lucro líquido inferior ao valor adiantado, não ocorre desconto. A participação nos lucros tem por finalidade o alinhamento com os objetivos da Companhia.

Não houve pagamento de bônus em 2017, pois, conforme contrato firmado entre a Companhia e os Conselheiros da Administração, o bônus corresponderá a 50% do número médio de salários atribuídos aos empregados no âmbito do programa de participação nos lucros ou resultados (PLR).

Conselho Fiscal:

Cada membro do Conselho Fiscal recebe honorários fixos, dentro dos padrões de mercado, não inferiores a 10% da remuneração média atribuída a cada diretor estatutário, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros da Sociedade.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total:

Exercício de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,8	5	3	15,8
Membros Não Remunerados	3	-	-	3
Remuneração Fixa Anual	1.264.560,00	4.950.949,28	259.440,00	6.474.949,28
Salário e Pró-labore	1.053.800,00	3.437.358,15	216.200,00	4.707.358,15
Benefícios diretos e indiretos	-	613.587,49	-	613.587,49
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	0,00
Outros	210.760,00	900.003,64	43.240,00	1.154.003,64
Remuneração variável anual	-	179.024,59	-	179.024,59
Bônus	-	-	-	0,00
Participação nos Lucros ou Resultados	-	179.024,59	-	179.024,59
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	0,00
Comissões	-	-	-	0,00
Outros	-	-	-	0,00
Benefícios pós emprego	-	-	-	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	358.049,18	-	358.049,18
Remuneração baseada em ações	-	-	-	0,00
Total	1.264.560,00	5.488.023,05	259.440,00	7.012.023,05

Obs.: O campo "outros" da remuneração fixa anual referem-se ao INSS parte da empresa.

Exercício de 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	5	3	17
Numero de Membros não remunerados	3	-	-	-
Remuneração Fixa Anual	1.425.600,00	5.534.892,29	295.200,00	7.255.692,29
Salário e Pró-labore	1.188.000,00	3.850.965,86	246.000,00	5.284.965,86
Benefícios diretos e indiretos	-	685.165,95	-	685.165,95
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	237.600,00	998.760,48	49.200,00	1.285.560,48
Remuneração variável anual	-	206.436,56	-	206.436,56
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	-	206.436,56	-	206.436,56
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total	1.425.600,00	5.741.328,85	295.200,00	7.462.128,85

Obs.: O campo "outros" da remuneração fixa anual referem-se ao INSS parte da empresa.

Exercício de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	5	3	17
Numero de Membros não remunerados	3			
Remuneração Fixa Anual	1.425.600,00	5.576.527,14	302.400,00	7.304.527,14
Salário e Pró-labore	1.188.000,00	4.147.051,41	252.000,00	5.587.051,41
Benefícios diretos e indiretos	-	364.596,45	-	364.596,45
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	237.600,00	1.064.879,28	50.400,00	1.352.879,28
Remuneração variável anual	-	223.983,68	-	223.983,68
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	-	223.983,68	-	223.983,68
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total	1.425.600,00	5.800.510,82	302.400,00	7.528.510,82

Obs.: O campo "outros" da remuneração fixa anual referem-se ao INSS parte da empresa.

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi fixa em sua totalidade. Em 2017, a composição da remuneração dos diretores estatutários empregados foi composta por aproximadamente 96% parte fixa e 4% parte variável.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Os reajustes da remuneração dos administradores da Companhia e Conselho Fiscal são definidos seguindo as práticas de mercado e com base em pesquisa de mercado, realizada por empresa especializada, considerando para análise companhias do mesmo segmento e porte e informações divulgadas por outras companhias tais como formulários de referência, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral Ordinária.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

A remuneração fixa tem por objetivo atrair e reter profissionais qualificados e a remuneração variável motiva-os a perseguir os objetivos da Companhia.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O Vice-Presidente do Conselho de Administração, que também exerce a função de diretor estatutário, não é remunerado como conselheiro de administração. Dois outros membros do Conselho de Administração que passaram a integrar o Conselho a partir de 2015, não indicados pelo controlador, também não são remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

O indicador da remuneração variável, a participação nos lucros ou resultados, é o lucro líquido da Companhia.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A remuneração variável é definida através da apuração anual dos resultados, tendo como base o lucro líquido da Companhia.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Nossa prática de remuneração conta com salário fixo e variável (PLR) e benefícios adicionais, objetivando proporcionar aos administradores empregados e também ao diretor não empregado, segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo, tais como: assistência médica, seguro de vida, previdência complementar e alimentação. Essa prática de remuneração com itens, tais como, previdência complementar e PLR visam também objetivos de médio e longo prazo, como a retenção de talentos e a busca de bons resultados para a companhia. Além disso, os conselheiros da administração recebem remuneração fixa e bônus atrelados ao PLR pago aos colaboradores.

f. **Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**
Não se aplica.

g. **Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:**
Não se aplica.

13.2 Tabelas da remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Exercício de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,8	5	3	15,8
Membros Não Remunerados	3	-	-	3
Remuneração Fixa Anual	1.264.560,00	4.950.949,28	259.440,00	6.474.949,28
Salário e Pró-labore	1.053.800,00	3.437.358,15	216.200,00	4.707.358,15
Benefícios diretos e indiretos	-	613.587,49	-	613.587,49
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	0,00
Outros	210.760,00	900.003,64	43.240,00	1.154.003,64
Remuneração variável anual	-	179.024,59	-	179.024,59
Bônus	-	-	-	0,00
Participação nos Lucros ou Resultados	-	179.024,59	-	179.024,59
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	0,00
Comissões	-	-	-	0,00
Outros	-	-	-	0,00
Benefícios pós emprego	-	-	-	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	358.049,18	-	358.049,18
Remuneração baseada em ações	-	-	-	0,00
Total	1.264.560,00	5.488.023,05	259.440,00	7.012.023,05

Obs.: O campo "outros" da remuneração fixa anual referem-se ao INSS parte da empresa.

Exercício de 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	5	3	17
Numero de Membros não remunerados	3	-	-	-
Remuneração Fixa Anual	1.425.600,00	5.534.892,29	295.200,00	7.255.692,29
Salário e Pró-labore	1.188.000,00	3.850.965,86	246.000,00	5.284.965,86
Benefícios diretos e indiretos	-	685.165,95	-	685.165,95
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	237.600,00	998.760,48	49.200,00	1.285.560,48
Remuneração variável anual	-	206.436,56	-	206.436,56
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	-	206.436,56	-	206.436,56
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total	1.425.600,00	5.741.328,85	295.200,00	7.462.128,85

Obs.: O campo "outros" da remuneração fixa anual referem-se ao INSS parte da empresa.

Exercício de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	5	3	17
Numero de Membros não remunerados	3			
Remuneração Fixa Anual	1.425.600,00	5.576.527,14	302.400,00	7.304.527,14
Salário e Pró-labore	1.188.000,00	4.147.051,41	252.000,00	5.587.051,41
Benefícios diretos e indiretos	-	364.596,45	-	364.596,45
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	237.600,00	1.064.879,28	50.400,00	1.352.879,28
Remuneração variável anual	-	223.983,68	-	223.983,68
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	-	223.983,68	-	223.983,68
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total	1.425.600,00	5.800.510,82	302.400,00	7.528.510,82

Obs.: O campo "outros" da remuneração fixa anual referem-se ao INSS parte da empresa.

Exercício de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	5	3	17
Membros Não Remunerados	3	-	-	3
Remuneração Fixa Anual	2.100.000,00	6.040.000,00	400.000,00	8.540.000,00
Salário e Pró-labore	1.750.000,00	4.300.000,00	333.333,33	6.383.333,33
Benefícios diretos e indiretos	-	640.000,00	-	640.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	350.000,00	1.100.000,00	66.666,67	1.516.666,67
Remuneração variável anual	-	260.000,00	-	260.000,00
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	-	260.000,00	-	260.000,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total	2.100.000,00	6.300.000,00	400.000,00	8.800.000,00

Obs.: O campo "outros" da remuneração fixa anual referem-se ao INSS parte da empresa.

Para determinação do número de membros de cada órgão, foi considerada a soma do número de membros de cada mês, dividido por 12, conforme especificado no ofício circular CVM/SEP/Nº 3/12.

Um dos membros do conselho de administração não é remunerado por esta atividade pois também é membro da diretoria estatutária e é remunerado por esta atividade. Dois outros membros do Conselho de Administração que passaram a integrar o Conselho a partir de 2015, não indicados pelo controlador, também não são remunerados.

13.3 Tabela da remuneração variável reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Exercício de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,8	5	3	15,8
Número de Membros não remunerados	3	-	-	3
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	358.049,18	N/A	358.049,18
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	179.024,59	N/A	179.024,59

N/A = Não se Aplica

Exercício de 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	5	3	17
Número de Membros não remunerados	3	-	-	3
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	206.436,56	N/A	206.436,56

N/A = Não se Aplica

Exercício de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	5	3	17
Número de Membros não remunerados	3	-	-	3
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	223.983,68	N/A	223.983,68

N/A = Não se Aplica

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:
Não se aplica.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
Não se aplica.

- 13.6 Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**
Não se aplica.
- 13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**
Não se aplica.
- 13.8 Descrições sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:**
Não se aplica.
- 13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidas pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupadas por órgão:**

<u>Órgão</u>	<u>Quantidade de Ações</u>
Grupo Controlador	27.728.139
Conselho de Administração	36.742
Diretoria	0
Conselho Fiscal	0

- 13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

Exercício de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	-	5
Numero de Membros não remunerados	-	-
Nome do Plano	N/A	FHPREV
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	0	2.022.307,78
Valor acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0	346.910,82
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Desligamento a partir de 3 anos de contribuição ao plano, sendo 50% com 3 anos mais 10% a cada ano.

- 13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal:**

2015	Nº Membros	Nº Membros não remunerados	Maior Remuneração Individual	Menor Remuneração Individual	Remuneração Média
Conselho de Administração	7,8	1	237.600,00	93.060,00	231.032,20
Diretoria Estatutária	5,0	-	1.261.782,02	988.973,67	1.097.604,61
Conselho Fiscal	3,0	-	86.400,00	86.400,00	86.480,00

Obs.: Houve troca de conselheiro no mês sendo que 1 dia foi pago para 2 conselheiros.

2016	Nº Membros	Nº Membros não remunerados	Maior Remuneração Individual	Menor Remuneração Individual	Remuneração Média
Conselho de Administração	9,0	3	237.600,00	237.600,00	237.600,00
Diretoria Estatutária	5,0	-	1.387.660,81	1.066.566,31	1.148.265,77
Conselho Fiscal	3,0	-	98.400,00	98.400,00	98.400,00

2017	Nº Membros	Nº Membros não remunerados	Maior Remuneração Individual	Menor Remuneração Individual	Remuneração Média
Conselho de Administração	9,0	3	237.600,00	237.600,00	237.600,00
Diretoria Estatutária	5,0	-	1.375.128,71	1.097.350,74	1.160.102,16
Conselho Fiscal	3,0	-	100.800,00	100.800,00	100.800,00

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.
Não se aplica.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que seja partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

2015	Nº Membros	% Remuneração
Conselho de Administração	4	44%
Diretoria Estatutária	2	43%
Conselho Fiscal	0	-

2016	Nº Membros	% Remuneração
Conselho de Administração	4	50%
Diretoria Estatutária	2	43%
Conselho Fiscal	0	-

2017	Nº Membros	% Remuneração
Conselho de Administração	4	50%
Diretoria Estatutária	2	43%
Conselho Fiscal	0	-

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não se aplica.

- 13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedade sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupadas por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

Não se aplica.

- 13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

No acordo de participação nos lucros ou resultados está previsto que haverá adiantamento correspondente ao salário nominal do empregado, proporcional ao período trabalhado no exercício, até a data do referido pagamento. Este adiantamento independe dos resultados. Em não havendo lucro, o valor adiantado não será descontado e representará a participação nos resultados do exercício. A exceção de um diretor todos os demais são contratados pelo regime da CLT e estão incluídos no acordo de PLR que prevê o referido adiantamento de 1 salário nominal a cada ano.

ANEXO III

ELEIÇÃO DE UM MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

(INSTRUÇÃO 481 – ART. 10 - ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

- 12.5. Em relação ao administrador e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo eletivo a ocupar	Data da AGO de eleição	Data prevista da posse	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas na CIA	Indicado pelo controlador
John Whitaker Dhamer	33 anos	Administrador de empresas	075.262.241-22	Membro suplente	26.04.2018	26.04.2018	2 anos	Não	Não

CONSELHO FISCAL

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data da AGO de eleição	Data prevista da posse	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas na CIA	Indicado pelo controlador
Pedro Gilberto de Souza Gomes	58 anos	Contador	621.379.137-04	Membro efetivo	26.04.2018	26.04.2018	01 ano	Não	Sim
Alfredo Gonçalves Martins	42 anos	Contador	991.672.126-20	Membro efetivo	26.04.2018	26.04.2018	01 ano	Não	Sim
Lucimar Antonio Cardozo	56 anos	Empresário/Contador e Diretor de Controladoria	682.281.127-34	Membro efetivo	26.04.2018	26.04.2018	01 ano	Não	Sim
Carlos Francisco de Almeida Gastalho	38 anos	Contador	055.438.717-40	Membro Suplente	26.04.2018	26.04.2018	01 ano	Não	Sim
Fabiano Werdan Fagundes	43 anos	Economista e Contador	068.799.127-70	Membro Suplente	26.04.2018	26.04.2018	01 ano	Não	Sim
Rosane Gonçalves Martins Berger	39 anos	Contadora	032.568.506-18	Membro Suplente	26.04.2018	26.04.2018	01 ano	Não	Sim

- Em relação ao administrador, membros do conselho fiscal e membros do comitê de auditoria estatutário, fornecer:**

a. Currículo do membro suplente do Conselho de Administração

John Whitaker Dhamer

Graduado em Finanças e Negócios Internacionais pela Fordham University - New York, NY no período de 2004 a 2008, atualmente cursa MBA na Esalq - USP. Experiência em negócios internacionais, liderança em vendas de fertilizantes e desenvolvimento de negócios. Líder de uma diversificada carteira de clientes em várias regiões ao redor do mundo. Forte relacionamento nas indústrias e aprimoramento no mercado de potássio, nitrogênio e fósforo.

b. Currículos dos Membros do Conselho Fiscal

Pedro Gilberto de Souza Gomes

Formado em Ciências Contábeis pela UFES - Universidade Federal do Espírito Santo e em direito pelo Centro Universitário Vila Velha. É sócio fundador da Esco Escritório Contábil Ltda., tendo atuado como responsável desde a constituição, alteração estatutária, escrituração comercial, digital, fiscal, elaboração das obrigações sociais, tributárias e demais inerentes a cada atividade, em todas as empresas da carteira de clientes da ESCO, desde 05/1990. Participou em AGO/AGE para aprovação das Demonstrações Financeiras, Alterações Estatutárias e demais assuntos relacionados às sociedades em diversas Sociedades Anônimas. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Alfredo Gonçalves Martins

Contabilista há mais de 10 anos, tendo trabalhado em grandes empresas de atividades diversas (comercial, industrial, transporte, operadoras de planos de saúde, etc.). Atualmente é sócio administrador do Supremo Escritório de Contabilidade Ltda., onde gerencia os departamentos contábil, fiscal e pessoal. O Sr. Alfredo é formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Vitória de Ciências Contábeis e atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia.

Lucimar Antonio Cardozo

Consultor Tributário, Perito Contábil e Civil, Auditor Contábil, Conselheiro fiscal Certificado pelo IBGG – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Especialista em Controladoria e Especialista em Governança Corporativa. Formado em Ciências Contábeis. Tem especializações em Controladoria; Governança Corporativa pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e Management and Leadership pelo MIT Sloan School of Management (Cambridge, Massachusetts - USA). É acadêmico do Curso de Direito (trancado). É membro associado do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa com certificação como Conselheiro Fiscal. Participou da Jornada Técnica de Governança Corporativa do IBGC à Europa (Londres e Paris) em 2010. É membro associado do IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Espírito Santo. Tem experiência de mais de 35 anos em empresas privadas de vários segmentos, sempre nas áreas de gestão de contabilidade fiscal e tributária, consultoria, perícia, auditoria, controladoria e governança corporativa. Foi Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Fertilizantes Heringer em dois mandatos consecutivos: de 04/2008 a 04/2010. Assumiu a Gerência de Controladoria da Companhia Fertilizantes Heringer em 04/2010, permanecendo nesse cargo até 04/2011 onde assumiu a Diretoria de Controladoria, permanecendo nesse cargo até 06/2014. É sócio fundador (07/1999) do Supremo Escritório de Contabilidade Ltda., onde atualmente é Diretor de Controladoria, responsável pelas atividades pertinentes às consultorias tributárias, perícias, auditorias e governança corporativa.

Carlos Francisco de Almeida Gastalho

Contabilista há mais de 8 anos. Trabalhos em grandes empresas em setores diversos, tais como: comercial, industrial, transporte, operadoras de planos de saúde, entre outros. O Sr. Carlos Gastalho é formado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Vila Velha - UVV (1998/2001). Desde 2003, é Sócio Administrador da empresa Perini & Gastalho Contabilidade Ltda., tendo como principal atribuição gerenciar os departamentos contábeis, fiscal e pessoal do escritório.

Fabiano Werdan Fagundes

Bacharel em Ciências Econômicas pela UFES - Universidade Federal do Espírito Santo e Bacharel em Ciências Contábeis, também pela UFES. Trabalhou na Companhia Vale do Rio Doce e na Companhia Brasileira de Automóveis nas áreas orçamentária e contábil, respectivamente. Desde 2001 é Sócio Administrador do Esco Escritório Contábil Ltda., tendo atuado como responsável pela escrituração comercial, digital, fiscal, elaboração das obrigações sociais, tributárias e demais, inerentes a cada atividade. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Rosane Gonçalves Martins Berger

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Vitória de Ciências Contábeis - FAVI, com MBA em Contabilidade Empresarial para Médias e Pequenas Empresas pela FUCAPE. É analista de contabilidade e analista de pessoal, sendo responsável pela gerência do departamento pessoal no Supremo Escritório de

Contabilidade Ltda., desde 2002. Também é educadora em cursos técnicos de contabilidade e de administração e logística, desde 2006.

c. Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os membros do Conselho Fiscal e o membro do Conselho Administrativo.

Os candidatos declaram para todos os fins de direito que nos últimos 5 (cinco) anos não sofreram qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspensos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome	% Participação
Dalton Dias Heringer	86%
Dalton Carlos Heringer	100%
Juliana Heringer Rezende	100%
Maílson Ferreira da Nobrega	71%
Roberto Rodrigues	86%
Victor Paulo Silva Miranda	100%
Yasmina Triki	71%
Silvio Claudio Peixoto de Camargo	100%
Christopher Pringle Reynolds	71%

CONSELHO FISCAL	
Nome	% Participação
Pedro Gilberto de Souza Gomes	100%
Alfredo Gonçalvez Martins	100%
Ricardo Kochen	100%
Carlos Francisco de Almeida Gastalho	0%
Fabiano Werdan Fagundes	0%
Ivan Alves Martins	0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Esse item não se aplica em razão de não haver na AGO eleição dos membros dos referidos comitês.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

COMITÊ DE HEDGE	
Nome	% Participação
Alfredo Fardin	100%
Pedro Augusto Lombardi Ferreira	100%
Rodrigo Bortolini Rezende	100%

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE	
Nome	% Participação
José Lucas Alves Rodrigues	100%
José Paulo Pereira	93%
Juliana Heringer Rezende	100%
Laura Maria Brant de Carvalho	93%

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Nome / Cargo	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Dalton Dias Heringer Presidente do Conselho da Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Dalton Carlos Heringer Diretor Presidente	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Pai (1º grau por consanguinidade)
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Dalton Dias Heringer Presidente do Conselho da Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Juliana Heringer Rezende Membro do Conselho da Administração	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Pai (1º grau por consanguinidade)
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Dalton Dias Heringer Presidente do Conselho da Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Rodrigo Bortolini Rezende Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Controladoria	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Sogro (2ª grau por afinidade)
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Dalton Dias Heringer Presidente do Conselho da Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Victor Paulo Silva Miranda Membro do Conselho da Administração	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Tio
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Dalton Carlos Heringer Diretor Presidente <u>Pessoa Relacionada</u> Dalton Dias Heringer Presidente do Conselho da Administração	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Filho (1º grau por consanguinidade)
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Dalton Carlos Heringer Diretor Presidente <u>Pessoa Relacionada</u> Juliana Heringer Rezende Membro do Conselho da Administração	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Irmão (1º grau por consanguinidade)
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Dalton Carlos Heringer Diretor Presidente <u>Pessoa Relacionada</u> Rodrigo Bortolini Rezende Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Controladoria	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Cunhado (2º grau por afinidade)
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Dalton Carlos Heringer Diretor Presidente <u>Pessoa Relacionada</u> Victor Paulo Silva Miranda Membro do Conselho da Administração	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Primo

Administrador do emissor ou controlada Juliana Heringer Rezende Membro do Conselho da Administração Pessoa Relacionada Dalton Dias Heringer Presidente do Conselho da Administração	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Filha (1º grau por consanguinidade)
Administrador do emissor ou controlada Juliana Heringer Rezende Membro do Conselho da Administração Pessoa Relacionada Dalton Carlos Heringer Diretor Presidente	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Irmã (1º grau por consanguinidade)
Administrador do emissor ou controlada Juliana Heringer Rezende Membro do Conselho da Administração Pessoa Relacionada Rodrigo Bortolini Rezende Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Controladoria	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Cônjuge
Administrador do emissor ou controlada Juliana Heringer Rezende Membro do Conselho da Administração Pessoa Relacionada Victor Paulo Silva Miranda Membro do Conselho da Administração	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Prima
Administrador do emissor ou controlada Rodrigo Bortolini Rezende Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Controladoria Pessoa Relacionada Dalton Dias Heringer Presidente do Conselho da Administração	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Genro (2º grau por afinidade)
Administrador do emissor ou controlada Rodrigo Bortolini Rezende Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Controladoria Pessoa Relacionada Dalton Carlos Heringer Diretor Presidente	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Cunhado (2º grau por afinidade)
Administrador do emissor ou controlada Rodrigo Bortolini Rezende Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Controladoria Pessoa Relacionada Juliana Heringer Rezende Membro do Conselho da Administração	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Cônjuge
Administrador do emissor ou controlada Victor Paulo Silva Miranda Membro do Conselho da Administração Pessoa Relacionada Dalton Dias Heringer Presidente do Conselho da Administração	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Sobrinho
Administrador do emissor ou controlada Victor Paulo Silva Miranda Membro do Conselho da Administração Pessoa Relacionada Dalton Carlos Heringer Diretor Presidente	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Primo
Administrador do emissor ou controlada Victor Paulo Silva Miranda Membro do Conselho da Administração Pessoa Relacionada Juliana Heringer Rezende Membro do Conselho da Administração	Fertilizantes Heringer S.A. Fertilizantes Heringer S.A.	Primo

b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

Não há qualquer grau de parentesco entre os membros do conselho fiscal e as pessoas elencadas. Não se aplica.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.

Não há qualquer grau de parentesco entre os membros do conselho fiscal e as pessoas elencadas. Não se aplica.

d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há qualquer grau de parentesco entre os membros do conselho fiscal e as pessoas elencadas.

Não se aplica.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor;
- controlador direto ou indireto do emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
- caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

31/12/2017

Identificação	Cargo	CPF/CNPJ	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor Dalton Dias Heringer	Presidente do Conselho da Administração	071.645.997-34	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Heringer Participações Ltda Fertilizantes Heringer S.A.		23.602.677/0001-03 22.266.175/0001-88		
Administrador do emissor Dalton Carlos Heringer	Vice Presidente do Conselho da Administração e Diretor Presidente e Administrativo	998.158.007-44	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Heringer Participações Ltda Fertilizantes Heringer S.A.		23.602.677/0001-03 22.266.175/0001-88		
Administrador do emissor Juliana Heringer Rezende	Membro do Conselho da Administração	002.715.207-36	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Heringer Participações Ltda Fertilizantes Heringer S.A.		23.602.677/0001-03 22.266.175/0001-88		

31/12/2016

Identificação	Cargo	CPF/CNPJ	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor Dalton Dias Heringer	Presidente do Conselho da Administração	071.645.997-34	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Heringer Participações Ltda Fertilizantes Heringer S.A.		23.602.677/0001-03 22.266.175/0001-88		
Administrador do emissor Dalton Carlos Heringer	Vice Presidente do Conselho da Administração e Diretor Presidente e Administrativo	998.158.007-44	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Heringer Participações Ltda Fertilizantes Heringer S.A.		23.602.677/0001-03 22.266.175/0001-88		
Administrador do emissor Juliana Heringer Rezende	Membro do Conselho da Administração	002.715.207-36	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Heringer Participações Ltda Fertilizantes Heringer S.A.		23.602.677/0001-03 22.266.175/0001-88		

31/12/2015

Identificação	Cargo	CPF/CNPJ	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor Dalton Dias Heringer	Presidente do Conselho da Administração	071.645.997-34	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Heringer Participações Ltda Fertilizantes Heringer S.A.		23.602.677/0001-03 22.266.175/0001-88		
Administrador do emissor Dalton Carlos Heringer	Vice Presidente do Conselho da Administração e Diretor Presidente e Administrativo	998.158.007-44	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Heringer Participações Ltda Fertilizantes Heringer S.A.		23.602.677/0001-03 22.266.175/0001-88		
Administrador do emissor Juliana Heringer Rezende	Membro do Conselho da Administração	002.715.207-36	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Heringer Participações Ltda Fertilizantes Heringer S.A.		23.602.677/0001-03 22.266.175/0001-88		

ANEXO IV

ITEM 10 - DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 de 07/12/2009

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, para atender os financiamentos de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, havendo uma piora em relação a 2016. A Diretoria entende através dos indicadores de endividamento, de rentabilidade e o caixa, que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para a implantação do seu plano de negócios e cumprimento de suas obrigações.

Em 2017, a Heringer apresentou um volume de entregas de 4.224 mil toneladas e uma receita líquida de R\$ 4.789,7 milhões, inferior em 7,8% a de 2016, de R\$ 5.195,0 milhões. A receita líquida de 2017 caiu em relação ao mesmo período de 2016 por conta da queda de 1,9% no volume entregue, menor taxa de câmbio média em relação ao ano anterior e também por uma menor margem bruta no período.

O percentual do total da dívida em relação ao faturamento bruto do último exercício encerrado foi de 23,3%, acima do ano anterior, de 16,2%. Este percentual ficou em linha com anos anteriores, o que demonstra uma adequada gestão de risco de capital.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital próprio (6% em 2017, 10% em 2016, 7% em 2015 e 13% em 2014) e de terceiros (94% em 2017, 90% em 2016, 93% em 2015 e 87% em 2014) para financiar parte do seu capital circulante.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que, mantidas as atuais condições econômicas e de mercado, do plano de investimentos, da expectativa de geração de caixa operacional da Companhia e adequada gestão de capital de giro é possível honrar os compromissos financeiros assumidos.

d) fontes de financiamento para o capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

As principais fontes de financiamento da Companhia advêm da geração de caixa operacional complementadas pelas linhas de crédito junto aos fornecedores internacionais e locais, cujos prazos variam entre 30 e 180 dias e de financiamentos de importações que tem prazo de até 360 dias do desembolso.

Para atender os investimentos previstos no plano de negócios, a Companhia também se utiliza de linhas de financiamento de longo prazo.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para a cobertura de deficiências de liquidez

Para a gestão do capital de giro de curto prazo a Companhia pode utilizar-se de prazos de compra de fornecedores nacionais e de fornecedores internacionais, de linhas créditos de financiamentos de importações, de linhas de crédito para capital de giro junto ao mercado financeiro e de emissão de dívida no mercado local ou internacional (debêntures, bonds, entre outros).

Para investimentos em ativos não circulantes a Companhia poderá utilizar-se de linhas de longo prazo tais como: BNDES, linhas de financiamento de institutos multilaterais, emissão de dívida, entre outros.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Para poder financiar parte do seu capital circulante, a Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação. O principal objetivo na gestão financeira é de manter a capacidade de continuidade e perpetuidade da Companhia, buscando manter a melhor estrutura de capital possível.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2017, conforme quadro abaixo, um total de R\$ 1.230,4 milhões em contratos de financiamentos, sendo R\$ 650,3 milhões relativos a financiamentos de importações, crédito rural para clientes no valor de R\$ 5,6 milhões e R\$ 574,5 milhões referente a operações de capital de giro, mútuo, entre outros.

	<u>Taxa de juros contratual</u>	<u>Taxa de juros efetiva</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamentos de importação (i) Fixo US\$ 196.578 (US\$179.522 em 31 de dezembro de 2016)	VC+ 3,7 % a.a.	VC+ 6,8 % a.a.	650.279	585.081
Capital de Giro Fixo US\$(US\$7.869 em 31 de dezembro de 2016)	-	-	-	25.645
<u>Moeda nacional</u>				
Capital de giro (ii)	274,9% do DI a.a.	274,9% do DI a.a.	461.188	325.911
Finame	5,4 % a.a.	5,4 % a.a.	3.803	5.973
Operações de Crédito Rural (iii)	10,8% a.a.	10,8% a.a.	5.643	18.713
Outras obrigações	VC+Libor+3,0% a.a.	VC+Libor+3,0% a.a.	8.363	15.211
BNDES	159,0% do DI a.a.	159,0% do DI a.a.	48.698	30.132
Mútuo	10,5% a.a.	10,5% a.a.	52.453	46.602
			<u>1.230.427</u>	<u>1.053.268</u>
Circulante			<u>(1.127.117)</u>	<u>(858.662)</u>
Não circulante			<u>103.310</u>	<u>194.606</u>

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica.

iii. grau de subordinação entre dívidas

Exercício Social (31/12/2017)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	343.577	73.425	10.493	0	427.495
Garantia Flutuante	510.111	19.267	0	0	529.378
Quirografárias	1.824.447	125	0	0	1.824.572
Total	2.678.135	92.817	10.493	0	2.781.445

Exercício Social (31/12/2016)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	285.732	49.656	10.384	0	345.772
Garantia Flutuante	308.865	131.168		0	440.033
Quirografárias	1.777.134	3.398		0	1.780.532
Total	2.371.731	184.222	10.384	0	2.566.337

As dívidas estão subordinadas da seguinte forma: (a) com garantia real; (b) com garantia fluante; (c) dívidas quirografárias, sendo que, dentre essas tem direito de precedência o crédito referente ao pagamento antecipado de clientes.

- iv. **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Limites de endividamento e contratação de novas dívidas

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. O Conselho de Administração autorizou a Companhia a elevar seu índice de endividamento para até 30% da receita operacional bruta do último exercício encerrado, com validade até 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, esse índice ficou em 23,33% (16,2% em 31 de dezembro de 2016).

Distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 17.783.879,21, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2017, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue (em milhares de reais):

	<u>2008 a 2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>Total</u>
PSDI (i)	159.488	19.575	17.970	11.513	208.546
Desenvolve (ii)	-	-	3.946	6.271	10.217
Outros incentivos recebidos (iii)	5.457	-	1.228	-	6.685
	<u>164.945</u>	<u>19.575</u>	<u>23.144</u>	<u>17.784</u>	<u>225.448</u>

Benefício fiscal de redução de ICMS:

(i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028;

(ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026;

(iii) Redução de 75% do imposto de renda a recolher, com base no lucro da exploração por período de 10 anos a contar da data da concessão, por força do artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, obtidos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM: (a) em 2011 o benefício foi concedido para a unidade de Camaçari - BA e tem duração garantida até 2020; (b) a partir de 2014, o benefício foi concedido para as duas unidades de Rondonópolis - MT e tem duração garantida até 2023; e (c) a partir de 2016 o benefício foi concedido para a unidade de Candeias - BA e tem duração garantida até 2025.

Emissão de novos valores mobiliários

A Companhia está previamente autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) na forma do artigo 6º § 2º do estatuto social, sendo que o Conselho de Administração, conforme estabelecido pelo artigo 18º letra "n" do estatuto social poderá deliberar sobre a emissão, colocação, formação do preço e condições para a integralização de ações, debêntures, conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, até o limite estabelecido no artigo 6º § 2º.

Alienação de controle societário

No que tange à alienação do controle societário, seja na forma direta ou na forma indireta, tanto por meio de uma única operação ou por uma série de operações sucessivas, esta deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutive, fazendo com que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas, onde deverão ser observadas as condições e prazos previstos na legislação vigente, bem como no regulamento do novo mercado, conforme o artigo 38º do estatuto social. Tais condições são exigidas como forma de assegurar aos demais acionistas o mesmo tratamento oferecido ao Acionista Alienante.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial

(em milhares de Reais)

ATIVO	dez/17	dez/16	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	dez/17	dez/16
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	66.850	64.550	Fornecedores nacionais	205.545	166.680
Contas a receber de clientes	437.688	466.987	Fornecedores no exterior	824.291	811.865
Estoques	770.025	703.380	Forfait	182.434	188.706
Tributos a recuperar	174.383	290.253	Empréstimos e financiamentos	1.127.117	858.662
Demais contas a receber	172.400	50.623	Tributos a recolher	10.786	8.709
	1.621.346	1.575.793	Adiantamentos de clientes	205.052	215.122
			Demais contas a pagar	96.073	94.457
				2.651.298	2.344.201
Não Circulante			Não Circulante		
Tributos a recuperar	512.893	498.708	Empréstimos e financiamentos	103.310	194.606
Outros Créditos	296.604	219.452	Demais contas a pagar	26.837	22.001
Realizável a Longo Prazo	809.497	718.160		130.147	216.607
			Total PASSIVO	2.781.445	2.560.808
Imobilizado	507.566	549.158	Patrimônio líquido		
Intangível	6.639	6.904	Capital Social	585.518	585.518
	514.205	556.062	Lucros/Prejuízos Acumulados	-462.444	-337.803
	1.323.702	1.274.222	Ajuste de avaliação patrimonial	40.529	41.492
				163.603	289.207
Total ATIVO	2.945.048	2.850.015	Total PASSIVO e PL	2.945.048	2.850.015

Descrição das principais contas do Balanço Patrimonial:

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante era de R\$ 1.621,3 milhões, apresentando um aumento de 2,9%, se comparado a 31 de dezembro de 2016, sendo basicamente representado por: (i) redução das contas a receber de clientes em R\$ 29,3 milhões relativo a uma política mais restritiva de crédito; (ii) houve um aumento dos estoques em R\$ 66,6 milhões por conta de um menor volume entregue no ano; e (iii) houve também uma redução dos tributos a recuperar de R\$ 115,9 milhões.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo não circulante era de R\$ 1.323,7 milhões, apresentando um aumento de 3,9%, se comparado a 31 de dezembro de 2016.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante era de R\$ 2.651,3 milhões, apresentando um acréscimo de 13,1%, se comparado a 31 de dezembro de 2016, basicamente representados por: (i) aumento de fornecedores, no valor de R\$ 51,3 milhões; (ii) aumento dos empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 268,5 milhões; e (iii) redução nas operações de Forfait de R\$ 6,3 milhões.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo não circulante era de R\$ 130,1 milhões, representando uma redução de 39,9%, se comparado a 31 de dezembro de 2016, basicamente em função da redução dos empréstimos e financiamentos em longo prazo.

Demonstrações do Resultado

(em milhares de Reais)					
	2017	%RL	2016	%RL	17 x 16
Receita líquida de vendas	4.789.723	100,0%	5.194.970	100,0%	-7,8%
Custos dos produtos vendidos	(4.330.049)	-90,4%	(4.557.742)	-87,7%	-5,0%
Lucro bruto	459.674	9,6%	637.228	12,3%	-27,9%
Receitas (despesas) operacionais	(420.558)	-8,8%	(439.426)	-8,5%	-4,3%
Com vendas	(348.181)	-7,3%	(340.309)	-6,6%	2,3%
Gerais e administrativas	(101.082)	-2,1%	(100.995)	-1,9%	0,1%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28.705	0,6%	1.878	0,0%	1428,5%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	39.116	0,8%	197.802	3,8%	-80,2%
Receitas (despesas) financeiras	(231.968)	-4,8%	(137.485)	-2,6%	68,7%
Receitas Financeiras	219.336	4,6%	156.153	3,0%	40,5%
Despesas financeiras	(430.021)	-9,0%	(555.394)	-10,7%	-22,6%
Variação cambial, líquida	(21.283)	-0,4%	261.756	5,0%	-108,1%
Lucro (prejuízo) operacional	(192.852)	-4,0%	60.317	1,2%	-419,7%
Imposto de renda e contribuição social	67.248	1,4%	(17.127)	-0,3%	492,6%
Exercício Corrente	-	0,0%	(18.577)	-0,4%	-100,0%
Diferido	67.248	1,4%	1.450	0,0%	4537,3%
Lucro (prejuízo) líquido exercício	(125.604)	-2,6%	43.190	0,8%	-390,8%
EBITDA	91.898	1,9%	249.578	4,8%	-63,2%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	39.116	0,8%	197.802	3,8%	-80,2%
Depreciação e Amortização	52.781	1,1%	51.776	1,0%	1,9%

Descrição das principais contas da Demonstração do Resultado:

Receita líquida de vendas

A receita líquida de 2017 foi de R\$ 4.789,7 milhões, inferior em 7,8% a de 2016, de R\$ 5.195,0 milhões. A receita líquida de 2017 caiu em relação a 2016 por conta da queda de 1,9% no volume entregue, menor taxa de câmbio média em relação ao ano anterior e também por uma menor margem bruta no período.

Custo dos produtos vendidos

Em 2017, o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 4.330,0 milhões, 5,0% inferior a 2016, representando 90,4% da receita líquida. No CPV, estão inclusos R\$ 26,3 milhões referentes aos custos da planta de Super Simples (SSP) e ácido sulfúrico em Paranaguá-PR, em função da paralisação temporária dessa planta. Em condições normais de operação, esses custos seriam agregados ao valor dos estoques de produtos acabados.

Lucro Bruto

O lucro bruto de 2017 foi de R\$ 459,7 milhões, inferior em 27,9% ao de 2016, de R\$ 637,2 milhões. A margem bruta de 2017 foi de 9,6%, inferior à de 2016, que foi de 12,3%.

A partir de 2010, foi adotada a segregação por segmento entre a mistura e distribuição de fertilizantes e a produção de SSP e ácido sulfúrico, conforme o CPC 22 "Informações por Segmento". Na segregação desse resultado por segmento em 2017, no segmento de mistura e distribuição de fertilizantes obteve-

se um lucro bruto de R\$ 486,0 milhões, representando uma margem bruta de 10,1%, enquanto no segmento de produção de SSP e ácido sulfúrico um resultado bruto negativo de R\$ 26,3 milhões.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

As despesas financeiras líquidas aumentaram em 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 137,5 milhões (2,6% da receita líquida) em 2016 para R\$ 232,0 milhões (4,8% da receita líquida). Esse valor é composto pelos juros líquidos, descontos concedidos, despesas referentes ao AVP (ajuste a valor presente), entre outras, no valor de R\$ 155,4 milhões negativos, variação cambial negativa de R\$ 21,3 milhões e despesas com operações de hedge no valor de R\$ 55,3 milhões.

A Heringer mantém uma gestão de riscos financeiros com a utilização de hedges que visam mitigar o risco cambial sobre o passivo em dólar oriundo de importações de matérias-primas. Em 31.12.2017, a posição total de hedge, através de contratos de NDF's, era de USD 121,0 milhões com uma taxa média ponderada de R\$ 3,29.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Política de "Hedge", encarregado do gerenciamento de risco dessas operações, e contam com assessoria externa de empresa especializada. Tal comitê é um órgão técnico e consultivo de funcionamento permanente com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas a análises periódicas de medidas de proteção contra variações de taxas de câmbio e de taxas de juros, em análise dos efeitos de tais variações em nossas receitas e despesas. O Comitê de Política de "Hedge" avalia, ainda, a eficácia de nossas medidas de "hedge" adotadas a cada mês e dá recomendações com relação a variações futuras de "hedge".

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção de fluxo de caixa.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

Em 2017, o resultado líquido foi negativo em R\$ 125,6 milhões, contra um resultado líquido positivo de R\$ 43,2 milhões de 2016. Este resultado de 2017 foi impactado principalmente pelas baixas margens observadas no decorrer do ano.

EBITDA

O objetivo de informar o EBITDA (LAJIDA) é mostrar o desempenho econômico da operação da Companhia. O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) antes de juros, impostos sobre a renda e contribuições sociais, depreciação e amortização e exclui despesas não recorrentes. O EBITDA de 2017 foi de R\$ 91,9 milhões, com margem de 1,9% sobre a receita líquida, um EBITDA atípico em comparação ao histórico da Companhia, que nesta década oscilou entre R\$ 200 milhões e R\$ 350 milhões por ano. Em 2016, o EBITDA foi de R\$ 249,6 milhões, com margem de 4,8%.

Em condições normais de operação da planta de SSP, seria possível uma margem EBITDA adicional no total Companhia entre 0,3% e 0,7%.

10.2. Os diretores devem comentar

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Receita bruta de vendas da Companhia advém principalmente da comercialização e distribuição de fertilizantes básicos e, produção, comercialização e distribuição de fórmulas NPK (nitrogenados, fosfatados e potássicos) e fertilizantes especiais a produtores rurais, empresas agrícolas, empresas comerciais e cooperativas, localizados em todo território nacional e exportação.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia apresentou uma redução na participação de produtos especiais em suas vendas, que representaram 46% do volume em 2017, contra 49% de 2016. O resultado operacional da Companhia em 2017 foi de R\$ 39,1 milhões influenciado por uma menor margem e menor participação dos produtos especiais.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia atua no mercado de fertilizantes, que por sua vez tem seus preços de compras das matérias primas indexado ao dólar, bem como aos preços de matérias primas de fertilizantes no mercado local e internacional. Os preços médios das matérias primas de fertilizantes apresentaram queda em 2017 quando comparados a 2016. O volume entregue pela Companhia foi de 4,2 milhões de toneladas, inferior em 1,9% ao volume de 2016, de 4,3 milhões de toneladas. A receita líquida foi de R\$ 4.789,7 milhões, inferior em 7,8% à de 2016.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, câmbio e taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

O resultado operacional da Companhia é afetado pela variação dos preços internacionais das matérias primas em dólares, pela variação do câmbio no custo dos produtos vendidos e no resultado financeiro, uma vez que o pagamento das importações é realizado a prazo e o passivo denominado em dólares sofre a variação do câmbio até o efetivo pagamento. Em 2017, o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 4.330,0 milhões, 5,0% inferior ao valor de R\$ 4.557,7 milhões de 2016, representando 90,4% da receita líquida.

As despesas financeiras líquidas aumentaram em 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 137,5 milhões (2,6% da receita líquida) em 2016 para R\$ 232,0 milhões (4,8% da receita líquida). Esse valor é composto pelos juros líquidos, descontos concedidos, despesas referentes ao AVP (ajuste a valor presente), entre outras, no valor de R\$ 155,4 milhões negativos, variação cambial negativa de R\$ 21,3 milhões e despesas com operações de hedge no valor de R\$ 55,3 milhões.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c. eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10.4. Os diretores devem comentar

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No relatório dos auditores do exercício findo em 31 de dezembro 2017 não constam ressalvas nem parágrafo de ênfase.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Tributos diferidos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários diferidos estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia mantém contratos com a Copebrás Industria Ltda., contrato este de fornecimento de matérias primas, estabelecendo um volume anual de retirada de produtos. Na prestação de serviços de operações portuárias e de armazenagem temos contratos com as seguintes empresas: Rocha Top Terminais e Operações Portuárias Ltda. e Start Navegação Ltda. Em 2014, a Heringer assinou um contrato com a OCP International Coöperative U.A. de longo prazo para fornecimento de produtos à base de fosfato, produzidos pela OCP, em condições comerciais equitativas de mercado. Em 2015, a Heringer assinou um contrato com a PCS Sales (Canada) INC. de longo prazo para fornecimento de fertilizantes potássicos.

- iv. contratos de construção não terminada

Não se aplica.

- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Com relação aos contratos de obras em andamento os mesmos no momento de sua execução serão registrados contabilmente como obras em andamento.

- b. natureza e o propósito da operação**

A Companhia contrata serviços de construção buscando a garantia da execução das obras e nos prazos estabelecidos, bem como a garantia dos preços firmados para a realização das obras.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;**

O CAPEX previsto para o ano de 2018 é de R\$ 20 milhões, que será direcionado basicamente na aquisição de novos equipamentos e maquinários para as unidades fabris da Companhia.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos;**

A Companhia financia seus projetos de investimentos em parte com a sua geração própria de caixa e em parte através de recursos obtidos de instituições financeiras, como uma linha de crédito junto ao BNDES como fonte de financiamento para os investimentos do ano.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

não se aplica

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

não se aplica

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

não se aplica

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O valor aplicado em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 5,9 milhões em 2017.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

não se aplica

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O valor aplicado em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 5,9 milhões em 2017.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não foram identificados outros fatores não mencionados nesta seção que possam influenciar de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia.

ANEXO V

VOTO A DISTÂNCIA

Nos termos da Instrução CVM 481, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia.

1. Participação por mecanismo de voto à distância

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

1.1. Mediante instruções de voto transmitidas pelos Acionistas ao escriturador das ações da Companhia:

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Itaú Corretora de Valores S.A. ("Itaú"), na qualidade de escriturador das ações da Companhia. Os acionistas elegíveis que desejarem utilizar esta opção deverão realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço:

<http://www.itaú.com.br/securitiesservices/assembleiadigital>.

1.2. Mediante instruções de voto transmitidos pelos Acionistas aos seus respectivos agentes de custódia:

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras (“Agentes de Custódia”) registradas na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos Acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia.

O Acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esse último, que, na sequência, encaminhará tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto à distância é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM 481, o Acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto à distância para seus Agentes de Custódia até 7 dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até 20 de abril de 2018, inclusive, salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus Agentes de Custódia.

A Companhia informa que caso o respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância o Acionista terá a opção de enviar seu boletim de voto à distância e documentos aplicáveis diretamente ao escriturador das ações da Companhia ou à própria Companhia, conforme os itens 1.1 acima e 1.3 abaixo. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os Acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia.

1.3. Mediante envio do boletim de voto à distância preenchido e assinado diretamente à Companhia:

Caso os acionistas queiram encaminhar sua orientação de voto diretamente à Companhia, deverão acessar o website de Relações com Investidores da Companhia (www.heringer.com.br/ri) ou no website da CVM (www.cvm.gov.br), imprimir o boletim de voto à distância, preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo.

Na sequência, deverão encaminhar o boletim de voto à distância devidamente preenchido, rubricado e assinado, juntamente com cópia autenticada dos documentos indicados abaixo, todos os quais deverão ser recebidos pela Companhia até o dia 20 de abril de 2018, inclusive, para o seguinte endereço postal: Fertilizantes Heringer S.A., A/C Diretoria de Relações com Investidores, Av. Irene Karcher, N 620, Bairro Betel, CEP 13.148-906, Paulínia, SP. Se o acionista desejar, ele poderá enviar os documentos digitalizados eletronicamente para o e-mail da companhia: ri@heringer.com.br e juridico@heringer.com.br.

Documentação autenticada a ser encaminhada a Companhia juntamente com o boletim de voto à distância.

O Acionista que optar por enviar o boletim de voto à distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar também os seguintes documentos: via física original do boletim de voto à distância devidamente preenchido ou digitalizado eletronicamente e enviado para ri@heringer.com.br e juridico@heringer.com.br, rubricado e assinado; comprovante da instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia (artigo 41 da Lei das Sociedades por Ações) para comprovar sua qualidade de acionista; e cópia autenticada dos seguintes documentos de identificação:

- (a) **Pessoa Física:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do Acionista ou de seu representante legal, quando representado por procurador, cópia autenticada do documento que comprove os poderes do signatário;

- (b) **Pessoa Jurídica:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal; contrato / estatuto social consolidado e atualizado; e documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista; e
- (c) **Fundo de Investimento:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal; regulamento consolidado e atualizado; estatuto / contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo; e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notariação e apostilamento daqueles assinados fora do país.

Observamos que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.